



MEGAEVENTOS ESPORTIVOS NO BRASIL: ENTRE O SOFT POWER E A CULTURA POLÍTICA

SPORTS MEGA-EVENTS IN BRAZIL: BETWEEN SOFT POWER AND POLITICAL CULTURE

HENRIQUE CARLOS DE OLIVEIRA DE CASTRO

Doutor em Ciência Política, professor associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenador da pesquisa World Values Survey no Brasil.

CARLA MENDONÇA

Doutora em Ciências Sociais, pesquisadora de pós-doutorado na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://orcid.org/0000-0002-9899-9638>

LUIS GUSTAVO MELLO GROHMANN

Doutor em Ciência Política, professor associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://orcid.org/0000-0001-9494-8350>

RESUMO

Esportes e megaeventos esportivos tornaram-se recursos, principalmente a partir do Século XX, para construir imagens positivas dos Estados no sistema internacional, em um exercício de *soft power*. São também oportunidades de buscar ou reforçar poder no nível doméstico, em um jogo de dois níveis. Este artigo discute a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 no Brasil. Na revisão de literatura, caracterizamos seus usos como recursos de *soft power*. Com dados de pesquisas de opinião e demográficas (Datafolha e IBGE) e de cultura política (*World Values Survey*) avaliamos se houve apoio no nível interno à decisão de política externa. Concluímos que uma cultura política de baixa confiança nas instituições e crises internas corroeram os esforços empregados nas arenas do *soft power*.

Palavras chaves: soft power, cultura política, megaeventos esportivos, Brasil, Copa do Mundo, Jogos Olímpicos.

ABSTRACT

Sports and sports mega-events have become resources for constructing positive images of states in the international system in a soft power exercise, notably since the Twentieth century. They are also opportunities to seek and strengthen power at the domestic level, in a two-level game. This article discusses the 2014 World Cup and the 2016 Olympic





Games in Brazil. The literature review characterizes their uses as soft power resources. We also analysed opinion and demographic surveys (Datafolha and IBGE) and the World Values Survey data in order to understand whether there was any support for the foreign policy decisions at the internal level. We concluded that a political culture of low confidence in institutions and following economic and political crises eroded the efforts employed in the soft power arenas.

Key words: soft power, political culture, sports mega-events, Brazil, World Cup, Olympic Games

RESUMEN

Deportes y mega-eventos deportivos se han convertido en recursos, especialmente desde el siglo XX, para construir imágenes positivas de los estados en el sistema internacional, en un ejercicio de poder blando. También son oportunidades para buscar o fortalecer poder a nivel doméstico, en un juego de dos niveles. Este artículo discute la Copa del Mundo de 2014 y los Juegos Olímpicos de 2016 en Brasil. En la revisión de la literatura, caracterizamos sus usos como recursos de poder blando. Con datos de encuestas de opinión y demográficas (Datafolha e IBGE) y de cultura política (*World Values Survey*) evaluamos si había apoyo a nivel interno para las decisiones de política exterior. Concluimos que una cultura política de baja confianza en las instituciones internas y crisis desgastaran los esfuerzos en poder blando.

Palabras clave: poder blando, cultura política, mega-eventos deportivos, Brasil, Copa Mundial, Juegos Olímpicos.

1. MEGAEVENTOS ESPORTIVOS NO BRASIL: ENTRE O SOFT POWER E A CULTURA POLÍTICA

As importâncias social e cultural do esporte são reconhecidas há muito. Sua crescente globalização o tornou parte integrante do sistema internacional, beneficiando-se da interdependência entre os países e tornando-o mais um instrumento para a política externa de governos. Suppo (2012) identifica que diversos autores vêm propondo que as organizações internacionais privadas que regulam os esportes devam ser estudadas com a mesma importância dada a outras organizações internacionais e transnacionais.





Nesse contexto, os megaeventos esportivos tornaram-se recursos para divulgar os países no sistema internacional (Allison e Monnington, 2005). Eles vêm sendo explorados pelas políticas externas como ferramentas para gerar imagens positivas no Exterior em um exercício de *soft power*: a capacidade de cooptar o apoio de indivíduos ou Estados nacionais à determinada posição política - e valores nacionais - sem o uso da coerção (Nye, 2005).

Nesse esforço de legitimação da imagem e da cultura de um país no sistema internacional, esses megaeventos são também oportunidades de buscar ou reforçar poder no nível doméstico, ultrapassando os grandes interesses econômicos – públicos e privados – estritamente envolvidos no processo (Castro; Ranincheski e Grohmann, 2015). Eles mostram, assim, que têm importância política para além da econômica e da desportiva (Oliveira, 2015).

O fato de o Brasil ter atraído os dois maiores eventos desportivos internacionais em um período histórico tão curto, quando governado pelo mesmo partido político – o Partido dos Trabalhadores –, indica a importância de estudar o tema à luz da Ciência Política e das Relações Internacionais.

Esse fenômeno é indicativo de aproveitamento de força política e simbólica – tenha sido ela real ou não – do país. Considerando que o Brasil apresentava uma conjuntura econômica favorável no momento da decisão de que fossem realizados em seu território, era de se esperar que houvesse condições para a produção de uma imagem positiva para o público externo, mas também para o interno. Isso nos leva à seguinte pergunta: o Brasil foi bem-sucedido ao exercer essas práticas ao sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016?

Discutimos neste artigo o uso do esporte pelo Estado Brasileiro, particularmente esses dois megaeventos esportivos, como importante fonte de poder político, seguindo as proposições do conceito na área de Relações Internacionais de *soft power*. Propomos ainda que o exercício desse poder de cooptação busca fortes relações com a cultura





política de um país e é usado para aumentar apoio político doméstico, em um jogo de dois níveis (Putnan, 1988).

Duas premissas teóricas são utilizadas tomando a importância que os megaeventos têm assumido contemporaneamente (Oliver, 2002; Horne, 2010; Grix e Lee, 2013). A primeira é a da construção de *soft power* por meio dos megaeventos esportivos; a segunda é a de que as características intrínsecas da cultura política de um país podem ser utilizadas para fortalecimento de poder em nível interno, com apoio a sua política externa.

Inicialmente, fazemos uma revisão de literatura que traz a descrição dos diversos momentos históricos em que as arenas desportivas foram também palco político de construção de *soft power*. Depois, com dados quantitativos, testamos a hipótese de que os esforços do governo brasileiro para atrair a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos não foram bem sucedidos no longo prazo como ativo de *soft power* porque a opinião pública se mostrou desfavorável (o que é coerente com elementos importantes de cultura política do brasileiro) uma vez que o apoio interno é relevante para a política externa em função dos jogos em dois níveis.

Os dados quantitativos são extraídos de pesquisas de opinião (Datafolha), demográficas (IBGE) e de cultura política (World Values Survey - WVS). Avaliação do governo e apoios às realizações dos eventos; confiança nas instituições políticas e identidade nacional; e interesse por esportes e níveis de prática desportiva pelos brasileiros foram investigados.

2. ESPORTES NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Historicamente, o esporte e, na contemporaneidade, os megaeventos esportivos têm sido usados como ferramenta de construção ou formação de *soft power* pelos países. Nas últimas décadas, ambos vêm se tornando cada vez mais relevante para as políticas





externas de governos nas suas buscas por melhorar suas imagens no Exterior (Allison e Monnington, 2005).

Devido à grande capacidade que têm de movimentar imensas massas de pessoas rumo a destinos turísticos e seus estádios e ginásios e, capturar a atenção de milhões de pessoas em nível global por meio da mídia, os megaeventos esportivos merecem atenção em função da sua importância política, para além da econômica e da esportiva (Oliveira, 2015).

Soft power é um conceito criado por Joseph Nye nos anos 1980. O autor propõe que esse poder brando é a capacidade de cooptar o apoio de indivíduos ou Estados nacionais à determinada posição política sem o uso da coerção, sendo a legitimidade o elemento central (Nye, 2005). O poder de dominação de alguns Estados nacionais sobre outros estaria, assim, associado às capacidades de uns influenciarem a formação das ideias de outros, fazendo-os concordarem no estabelecimento de agendas políticas e segui-los. Se um estado pode fazer seu poder parecer legítimo aos olhos de outros, ele encontrará menor resistência a seus desejos e economizará recursos de coerção, ou *hard power*. A conquista das ideias e o estabelecimento de um conjunto de valores que lhe interessam é, assim, um valioso resultado para efeitos de exercício de poder na política mundial (Nye, 2005).

A compreensão do exercício de construção de *soft power* pode revelar as intenções nas disputas de poder e influência e quais são os interesses subjacentes dos países em relação uns aos outros. Trata-se, portanto, de uma forma de os países relacionarem-se no sistema internacional que vai além das relações econômicas e de coerção pela violência, como a guerra (Ranincheski e Andreotti, 2015).

Partindo dos princípios delineados por Nye (2005), atração cultural e ideológica, regras e instituições de regimes internacionais, assim como corporações multinacionais são fontes de cooptação, ou *soft power*. Os diversos mecanismos culturais, os quais incluem o esporte, seriam válidos para conseguir tais objetivos, em um tipo de exercício de construção de poder.





Para Nye (2002), se um país consegue mostrar que sua cultura e ideologia são atrativas, ele pode alcançar influência sobre o estabelecimento de normas internacionais consistentes com as de sua sociedade, influenciando instituições e regras que encorajem outros países a agir de formas que o convenham. A força dos valores é, então, crucial para a conquista e a manutenção do *soft power*.

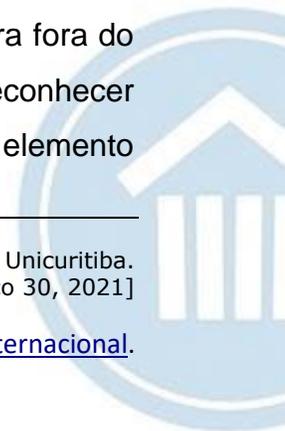
Aqui, abre-se um espaço teórico para a análise do exercício de *soft power*, no nível internacional, considerando características internas das sociedades nacionais. Putnan (1988) propõe que diplomacia e política doméstica podem ser administradas em uma lógica de jogos de dois níveis porque, em alguns momentos, ambas se emaranham e se determinam mutuamente.

No nível doméstico, grupos internos perseguem seus interesses pressionando o governo a adotar políticas favoráveis a seus interesses, e políticos buscam poder construindo coalizões entre os grupos. No nível internacional, governos nacionais buscam maximizar sua habilidade de satisfazer as pressões domésticas enquanto minimizam as consequências adversas dos desenvolvimentos externos. Nesse jogo, os líderes políticos nacionais participam nas duas mesas (Putnan, 1988).

O esporte, no sentido em que é tratado no contexto de *soft power*, é parte do que se chama aqui de cultura como manifestações de determinadas características de dada sociedade. Para Taylor (1986), o esporte pode ser entendido como: 1) uma característica da sociedade mundial; 2) como parte do ambiente das relações interestatais; 3) como um instrumento de política do governo; e 4) como organização internacional.

Trata-se, em outras palavras, de formas de obtenção de projeção internacional por meio da cultura – e do esporte –, numa espécie de paradiplomacia ou mesmo de diplomacia pública menos convencional do que seria a relação entre os Estados Nacionais vista pela ótica das relações econômicas e de guerra (Hochstatter, 2013).

Assim, já não é possível pensar o esporte como um assunto que opera fora do domínio da política nacional e internacional, sendo necessário e importante reconhecer seu lugar nos assuntos humanos globais. Ele afirma que o esporte é um elemento





significativo na sociedade mundial e que as relações desportivas globais podem influenciar o comportamento no sistema político interestatal. Além disso, é possível operá-lo na forma de rede (Taylor, 1986).

Outro conceito central neste artigo é o de cultura política. Em uma sociedade, ela é um sistema de crenças, símbolos expressivos e valores que definem as orientações subjetivas dos indivíduos em relação à política e, por consequência, as condições objetivas em que a ação política ocorre (Verba, 1965). O campo de estudos da Ciência Política visa a "relacionar o pensamento da população com as estruturas políticas" e, assim, "o centro explicativo da política deixa de ser as instituições políticas e passa a ser a população, com suas atitudes e ações" (Castro, 2008, p. 7). Castro (2008) afirma que cultura política é o conjunto de valores, crenças e atitudes que determina como as pessoas percebem a sua vida, a sociedade em geral e os seus governos.

Das mais diversas dimensões de cultura política, interessa aqui analisar os níveis de confiança dos brasileiros nas instituições políticas e nas promotoras dos megaeventos esportivos, relacionando-os aos eventos. A cultura política do Brasil, em geral, e das elites brasileiras, em particular, podem ajudar a entender o processo da sua realização no Brasil e seus resultados.

3. ESPORTE E MEGAEVENTOS NA HISTÓRIA

O esporte aparece como elemento de política interna dos Estados-nação e como suporte para construção de identidades nacionais ao longo da história. Muitos estudos se apoiam na origem militar da educação física e do esporte na antiguidade (Torrebadella Flix, 2016). Na modernidade, o esporte fez parte de processos de desenvolvimento local no início do Século XVIII, vindo a se tornar internacional, organizado e formal no final do Século XIX. Inicia-se como uma mistura de profissionais e amadores, seguido pela





distinção entre grupos e, finalmente, ganha contornos comerciais e políticos em nível internacional.

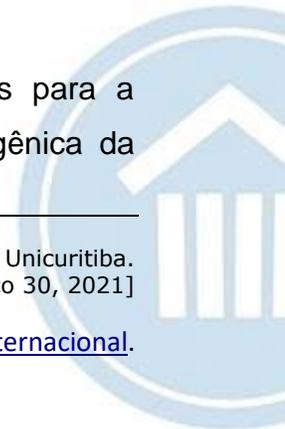
A internacionalização do esporte se acentua após a Primeira Guerra Mundial no contexto do surgimento da comunicação de massas, que transforma o esporte em espetáculo (Suppo, 2012) e em uma forma de gerar sentimentos de orgulho e patriotismo (Torrebadella Flix, 2016).

No entanto, foi a França a primeira nação a usar o esporte como ferramenta de política externa, em 1920. A Itália fascista e a Alemanha nazista fizeram uso do esporte como uma ferramenta de controle político da população. Ao usar-se a natureza subjetiva do esporte, seria possível atingir-se rapidamente os sentimentos individuais e ativarem-se os valores tradicionais de nacionalismo (Boniface, 1998).

Na Itália, em 1934, o regime fascista de Benito Mussolini viu a oportunidade de utilizar o evento como uma vitrine para mostrar ao mundo a força de seu país. Os Jogos Olímpicos de Verão de 1936, sediados em Berlim, em pleno período nazista, tornaram-se um dos maiores exemplos de uso de um megaevento esportivo para a promoção de uma ideologia, de uma identidade nacional e de um projeto de país. Alemanha Ocidental e Oriental também competiram nos Jogos Olímpicos de 1956, 1960 e 1964 com delegação unificada.

Também na América Latina o esporte foi utilizado com fins políticos e controlado pelo Estado. Destacam-se, sobretudo, o uso do esporte em geral e do futebol em particular no Brasil e na Argentina. Para Melo (2009), a propaganda política foi um elemento fundamental dos governos de Getúlio Vargas (1930-1945), do Brasil, e de Juan Domingo Perón (1946-1955), da Argentina. Conforme o autor, ambos os líderes souberam utilizar os meios de comunicação com a intenção de divulgar um pensamento oficial e transmitir um sentimento à população de maneira nunca antes feita na América Latina.

Assim, afirma Melo (2009), o esporte era importante não apenas para a propaganda, mas como ligado – e estimulador – à ideia da formação eugênica da





juventude nacional. O esporte foi visto, nos anos 1940, tanto no Brasil quanto na Argentina, como um fator primordial na formação moral e física do cidadão.

Amazarray (2011) destaca o tricampeonato da seleção brasileira na Copa do Mundo de Futebol de 1970, conquista que foi utilizada pelo regime militar como uma forma de legitimação de seu poder, tanto interna quanto externamente. O governo da Argentina, em 1978, sediou a Copa e obteve seu primeiro título no torneio, ao usar sua seleção para receber apoio popular e ampliar as chances de legitimar o regime ditatorial. Durante a ditadura da Argentina (1976-1983), as expressões da cultura, o esporte e as práticas sociais de tempo livre se viram modificadas, censuradas ou redefinidas com base na doutrina de reorganização nacional (Gerlero, 2012).

Durante o período da Guerra Fria, os esportes também foram espaço de confronto, uma vez que, para uma relação diplomática consensual, os megaeventos se constituem em ambientes legítimos. No entanto, tais eventos também podem ser úteis para a diplomacia baseada na força através dos instrumentos de sanções e mesmos boicotes de nações a tais eventos. Em 1980, os norte-americanos lideraram um boicote aos Jogos Olímpicos de Moscou, que acabaram registrando 65 abstenções, tendo como justificativa a invasão soviética ao Afeganistão. Quatro anos mais tarde, em 1984, os soviéticos e seus aliados se recusaram a participar das Olimpíadas de Los Angeles, nos Estados Unidos.

O fim da bipolaridade Estados Unidos-União Soviética exigiu novos meios para serem mantidas as velhas práticas do poder entre as nações, não bastando mais o uso exclusivo da força militar para a obtenção de posto de potência internacional no novo mundo multipolar.

Thomaz (2014) afirma que diversos países da África, durante a descolonização, utilizaram o futebol como uma ferramenta de construção de suas identidades nacionais, buscando sua filiação à Federação Internacional de Futebol (FIFA) e ao Comitê Olímpico Internacional (COI).





Outros exemplos de megaeventos esportivos usados para conquista de *soft power* e apoio político em nível doméstico podem ser citados. Na África do Sul, em 1995, o líder e então recém-eleito presidente, Nelson Mandela, utilizou a Copa do Mundo de Rugby como uma importante arma para combater o Apartheid e tentar conciliar a elite branca, torcedora da equipe sul-africana, e a maioria da população negra, que via no esporte uma manifestação da supremacia branca (Richards, 2014).

Em Atlanta, durante os Jogos Olímpicos de 1996, os Estados Unidos reforçaram sua posição de hegemonia no sistema internacional ao sediar o evento no lugar dos gregos, justamente na edição que marcava o centenário olímpico da era moderna. Tendo sido também os anfitriões do Copa do Mundo dois anos antes, em 1994, os norte-americanos aproveitaram para reafirmar, mais uma vez, sua posição de superpotência hegemônica, ao acolherem os dois grandes eventos esportivos mundiais logo após o final da Guerra Fria.

Nas Olimpíadas de Sydney, em 2000, as delegações da Coreia do Norte e da Coreia do Sul desfilaram juntas, sinalizando possibilidades de fim das animosidades entre os dois países. O histórico encontro dos líderes dos dois países em 26 de abril de 2018 foi uma manifestação de governos que pode ser contextualizada em um processo de mais largo tempo, onde as relações no campo dos esportes deram sua contribuição.

A China aproveitou os Jogos Olímpicos 2008, realizados em Pequim, para mostrar uma imagem de força do país, em um momento em que o governo ambicionava promover a nação como potência mundial (Nye, 2005). O país conquistou a maior audiência da história das Olimpíadas, com um recorde de um bilhão de espectadores a acompanhar a abertura do evento, 15% da população mundial à época (Gazeta Do Povo, 2008). O país, destaca Oliveira (2015), já havia utilizado, durante a década de 1970, uma série de partidas de tênis de mesa contra atletas norte-americanos para promover uma reaproximação política com os Estados Unidos, a depois chamada diplomacia do pingue-pongue.





A Rússia também passou a olhar com mais cuidado para a questão de *soft power* através do esporte. Bogdanova (2014) argumenta que a aderência ao *soft power* recentemente se tornou a nova filosofia da política externa russa. Os Jogos Olímpicos de Inverno 2014, realizados em Sóchi, pretendiam aumentar a atratividade do país aos estrangeiros, embora as barreiras culturais e idiomáticas sejam grandes empecilhos, somadas à herança da Guerra Fria. A realização do Copa do Mundo 2018 no país causou desconforto geopolítico aos Estados Unidos, o qual, reunindo ainda outros interesses, veio a intervir na FIFA em 2015, por meio de uma ação anticorrupção realizada pelo FBI (Cerrillo; Mendonça e De Angelis, 2015).

É tal a importância do esporte no mundo contemporâneo que se pode dizer que os Estados nacionais passaram a ser avaliados no contexto internacional por mais duas métricas: posicionamento do país no ranking mundial da FIFA; e o seu perfil olímpico, verificado pelo número de medalhas de ouro ganhas pelo país nos Jogos Olímpicos – de verão e de inverno (Oliveira, 2015).

Ao longo do Século XX, formou-se um grande mercado global dedicado exclusivamente ao esporte, composto por um conjunto de organizações, incluindo gigantes como a própria FIFA, o COI e a Associação Internacional de Federações de Atletismo (IAAF). Essas organizações se desenvolveram adaptando-se ao mercado do esporte, que cresceu enormemente com a participação das grandes cadeias mundiais de comunicação.

Os exemplos acima indicam que, no âmbito do esporte, há a busca de ganhos financeiros e desportivos com os megaeventos, mas também outros fins, como estabelecimento de hegemonia, dominação, legitimidade e cooperação entre as nações, que integram as ações políticas dos Estados nacionais.

4. COPA DO MUNDO E JOGOS OLÍMPICOS NO BRASIL COMO EXERCÍCIO DE SOFT POWER





O esporte é parte importante da imagem de país que o Brasil construiu e fomenta internacionalmente, constituindo-se, assim, como um forte componente de seu *soft power*. O país é conhecido principalmente pelo seu futebol: tem atletas proeminentes, como Pelé, clubes poderosos e uma seleção nacional competitiva. Os brasileiros já haviam recebido o Copa do Mundo em 1950. Mesmo se não considerarmos os megaeventos esportivos que o país sediou recentemente, ser conhecido como o país do futebol é suficiente para esse esporte ser considerado uma importantíssima variável do *soft power* brasileiro (Amazarray, 2011).

Nessas duas primeiras décadas do Século XXI, o Brasil foi sede de alguns dos maiores eventos desse tipo. Além dos dois principais megaeventos esportivos mundiais da atualidade, a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 realizados na cidade do Rio de Janeiro, o país foi anfitrião da Taça das Confederações da FIFA 2013, dos V Jogos Mundiais Militares 2011, também no Rio de Janeiro, dos Jogos Pan-Americanos 2007, do Campeonato Sul-Americano de Atletismo 2007 e do Campeonato Mundial de Judô 2007 e 2013.

Em 2003, a Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL) anunciou que Argentina, Brasil e Colômbia se candidatariam para sediar a Copa do Mundo. Em 2006, as confederações nacionais da CONMEBOL votaram, de forma unânime, pela indicação do Brasil como único candidato do continente. A escolha final do Brasil como sede foi determinada pela política de alternância de continentes adotada pela FIFA.

Os governos brasileiros empregam frequentemente como recurso de poder o que se convencionou chamar de “diplomacia da bola”, ao buscarem ampliar seu acesso a mercados e culturas e participar de ações internacionais, como a missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti, afirma Amazarray (2011). Chade (2014) descreve que o Itamaraty utiliza o futebol para aumentar a influência brasileira no Exterior por meio de programas de intercâmbio e cooperação desportiva. O país fornece bolas e





uniformes e capacita técnicos e árbitros junto a parceiros estratégicos na África, na América Central e na Ásia.

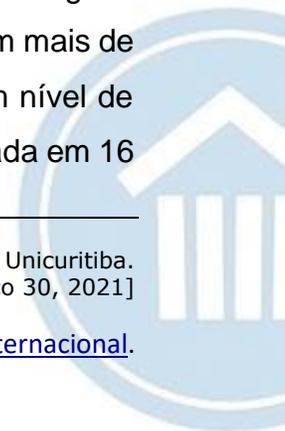
No entanto, tornar-se sede desses eventos exige articulação política entre atores públicos e privados, domésticos e internacionais. Exige ainda demonstração de capacidade de oferecimento de infraestruturas desportiva, urbana e social que garantam a realização deles.

O Brasil conseguiu fazer isso. “Copa do Mundo, Olimpíada, Jogos Pan-Americanos, Jogos Mundiais Militares. Os anos do PT no poder foram marcados, no esporte, por trazer ao Brasil os principais eventos do planeta” (Leite, 2016). Em dois mandatos, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), em especial, o próprio presidente à época, teve papel decisivo nas negociações. A economia do Brasil no período apresentava índices positivos de crescimento, e o ex-presidente era uma liderança internacional, contabilizava imagens positivas nos níveis doméstico e internacional.

5. MÉTODO

Este estudo utiliza dados do país extraídos da WVS (Pesquisa Mundial de Valores), realizada em quase cem países desde 1981. Conforme Castro et al (2015), no Brasil, as ondas da pesquisa utilizam uma amostra probabilística completa, com erro máximo estimado em 2,6% e com estimativa de proporção 0,5. Em cada uma das duas ondas realizadas em 2007 e 2014, ao menos 1.500 indivíduos alfabetizados e com 18 anos ou mais de idade foram entrevistados.

Utiliza ainda dados do Instituto Datafolha, o qual trabalha com amostragens estratificadas por sexo e idade, com sorteio aleatório dos entrevistados, que têm mais de 16 anos de idade. A margem de erro é de 2% para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%. A pesquisa sobre o desempenho do Governo Lula foi realizada em 16





e 17 de março de 2006, com um total de 3.801 pessoas em 180 municípios de todos os estados brasileiros (Datafolha, 2006). A pesquisa sobre a Copa do Mundo, realizada em 2 e 3 de abril de 2014, entrevistou 2.637 indivíduos em 162 municípios (Datafolha, 2014). Enquanto o levantamento sobre os Jogos Olímpicos foi realizado em 14 e 15 de julho de 2016 entre 2.792 entrevistados em 171 municípios (Datafolha, 2018).

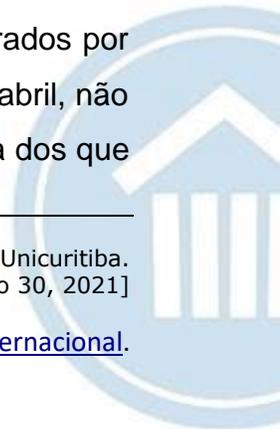
Trabalhou-se ainda com dados da PNAD, que usa amostra probabilística de domicílios de todo o Brasil. Para o tema complementar Práticas de Esporte e Atividade Física, a pesquisa investigou 71.142 pessoas de 15 anos ou mais de idade, utilizando questionário específico (IBGE, 2015).

Dessas pesquisas de opinião, são analisadas a avaliação do governo e os apoios a realização dos eventos pela população brasileira. Do IBGE, são investigados níveis de interesse por esporte e de prática desportiva. Da WVS, são analisadas variáveis sobre confiança nas instituições políticas e identidade nacional.

6. PRESTÍGIO NO NÍVEL INTERNACIONAL, BAIXA CONFIANÇA NO DOMÉSTICO

Se a escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo de Futebol 2014 e dos Jogos Olímpicos 2016 com apenas dois anos de intervalo foi um indicativo de prestígio internacional do ex-presidente Lula e de seu governo, o mesmo não ocorreu internamente.

Em 2006, não foram verificadas variações significativas na avaliação do governo como resultado da escolha do Brasil como sede. Pesquisa de opinião realizada pelo Instituto Datafolha (2006) aferiu que, em março daquele ano, 38% dos brasileiros consideravam o desempenho do Governo Lula ótimo ou bom, percentual idêntico ao dos que o consideravam o governo regular, enquanto 23% definiam a atuação como ruim ou péssima. Na pesquisa anterior, de fevereiro, ótimo ou bom haviam sido declarados por 37%, regular, por 39% e ruim ou péssimo, por 22%. Na pesquisa posterior, de abril, não foram verificadas variações significativas na avaliação do Governo Lula: a taxa dos que





consideravam o desempenho ótimo ou bom oscilou de 38% para 37%, a dos que achavam o governo regular se manteve em 38% e a dos que o definiam como ruim ou péssima permaneceu em 23%.

Aparentemente, a propalada paixão do brasileiro pelo futebol e a escolha do país para sediar a Copa não foram suficientes para alterar a imagem do governo à época, desgastada por escândalos, como o de corrupção conhecido por "Mensalão". Outras pesquisas indicam que o Mundial no Brasil criou grande expectativa na sociedade, porém as atitudes em relação ao evento não foram unânimes (Mielli e Nassif Mantovani, 2014).

Na abertura da Taça das Confederações, o "Brasil ganhou em campo, mas a competição ficou marcada também pela tremenda vaia – acompanhada por xingamentos – que a presidente recebeu na abertura do torneio [...]" (Leite, 2016). Dilma Rousseff era a mandatária em 2013. Na cerimônia de abertura dos Jogos Pan Americanos, no estádio do Maracanã, Lula já havia sido vaiado seis vezes – sempre que sua imagem apareceu no telão ou alguém proferiu seu nome.

A menos de uma semana da realização da Mundial de Futebol no Brasil, em junho de 2014, outra pesquisa do Datafolha (2014) indicava que o apoio à realização do evento no país havia parado de cair e se manteve estável na comparação com pesquisa anterior, quando metade dos entrevistados (51%) se disse favorável. O índice ficou próximo aos observados em fevereiro (52%) e em abril (48%) daquele ano. No entanto, foi bem mais baixa do que os indicadores de novembro de 2008 (79%) e de junho de 2013 (65%).

Os Jogos Olímpicos também não receberam completo apoio popular. Em levantamento realizado nos dias 14 e 15 de julho de 2016, menos de um mês antes de sua realização, o Datafolha (2016), identificou que metade dos brasileiros (50%) não tinha interesse e reprovava a realização do evento no Rio de Janeiro, enquanto 40% eram favoráveis. Na comparação com a pesquisa anterior, realizada em junho de 2013, a reprovação havia dobrado, era de 25%, enquanto a aprovação havia recuado 24 pontos, era antes de 64%.





Além do escândalo de corrupção Mensalão, as manifestações populares realizadas nas redes sociais e nas ruas de cidades de norte a sul do Brasil em 2013 incluíram a percepção negativa dos brasileiros sobre a realização dos eventos desportivos no país. Tais manifestações começaram com a contestação por estudantes aos aumentos das tarifas de transporte coletivo, no entanto, acabaram por reunir um vasto campo de protestos e reivindicações, que denunciaram corrupção e pediram investimentos em políticas públicas de educação, saúde e segurança, criticaram mídia, políticos e instituições políticas, mas também destacaram a oposição aos gastos públicos com a preparação do megaevento de 2014, principalmente.

Embora não tivessem o propósito único de protestar contra os megaeventos desportivos, as denúncias de superfaturamento das "obras da Copa", como chamam os brasileiros, particularmente nos estádios de futebol, e o fato de não haver resultados tangíveis na prometida melhoria da infraestrutura de transporte e das condições de vida nas cidades-sede, serviram para canalizar a oposição à realização do evento. Como coroamento do processo, a seleção brasileira sofreu a derrota humilhante para a Alemanha na semifinal de sete a um.

Além do ambiente político nacional e da atuação insatisfatória da seleção de futebol terem sido catalisadores de uma visão negativa, o pessimismo dos brasileiros sobre a realização da Copa no Brasil pode ser explicado pela histórica cultura política de desconfiança nas instituições brasileiras. Os brasileiros não confiam nas instituições políticas, como se pode notar nas tabelas a seguir.

Tabela 1 – Confiança nas instituições do Brasil, 2014 (em %)

Resposta	Governo	Partidos Políticos	Parlamento	Polícia
Confia totalmente	5,1	1,1	1,2	6,5
Confia em parte	35,9	14,8	19,7	38,5
Confia pouco	26,5	24,5	25,9	24,9





Não confia	31,5	58,6	51	29,7
Não respondeu	0,1	0,2	0,1	0,1
Não sabe	0,8	0,8	2,1	0,3

Fonte: Pesquisa Mundial de Valores (*World Values Survey – WVS*), 2014. n=1500

Na Tabela 1, pode-se verificar que os brasileiros, no ano de realização da Copa do Mundo 2014, manifestavam pouca confiança nas instituições políticas tradicionais, como Governo, Partidos Políticos, Parlamento ou Polícia, as quais registram tendência de altos níveis de desconfiança na maior parte das sociedades. No entanto, um exame mais detalhado, com a inclusão de outras instituições, permite a compreensão mais clara da baixa confiança do brasileiro, como mostra a Tabela 2.

Tabela 2 – Confiança em cada instituição no Brasil, 2007 e 2014

Instituição	2007	2014
Partidos políticos	0,77	0,58*
Congresso Nacional (Câmara e Senado)	0,88	0,70*
Mercosul	1,27	1,10*
Sindicatos	1,32	1,14*
Governo Federal	1,34	1,15*
Televisão	1,25	1,17*
Polícia	1,28	1,202
Nações Unidas (ONU)	1,43	1,27*
Imprensa	1,29	1,28





Serviço público	1,46	1,37*
Grandes Empresas	1,56	1,56
Organizações humanitárias ou de caridade	1,79	1,61*
Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica)	1,85	1,65*
Organizações de meio ambiente	1,82	1,65*
Organizações de mulheres	1,77	1,65*
Igrejas	1,98	1,81*

Fonte: Pesquisa Mundial de Valores (*World Values Survey – WVS*), 2014. n=1500

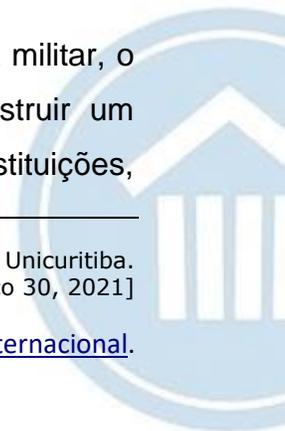
Média de resposta de variável intervalar de quatro pontos (Confia totalmente, Confia em parte, Confia pouco, Não confia), sendo 1 = Não confia e 4 = Confia totalmente.

*Médias diferentes (nível de significância menor que 0,05)

Como se pode verificar na Tabela 2, cujo indicador de confiança institucional varia de 1 a 4, sendo 1 a falta completa de confiança, o brasileiro possui um nível baixo de confiança em todas as instituições pesquisadas. Os valores não indicam apenas baixa confiança, mas também que a desconfiança nas instituições é significativa e aumenta ao longo do tempo.

Esses dois indicadores, ao mostrarem baixa confiança nas instituições, ajudam a compreender porque parte significativa da população se opôs a realização dos megaeventos no Brasil: grandes obras, nesse contexto, principalmente, as chamadas obras da copa, foram percebidas como oportunidades de corrupção para grupos de interesses, não de melhoria de condições de vida para as comunidades nas cidades onde foram realizadas.

Pode-se inferir que, mesmo após mais de 30 anos do fim da ditadura militar, o processo de democratização no Brasil ainda não foi suficiente para construir um sentimento de confiança na política. O brasileiro não confia nas suas instituições,





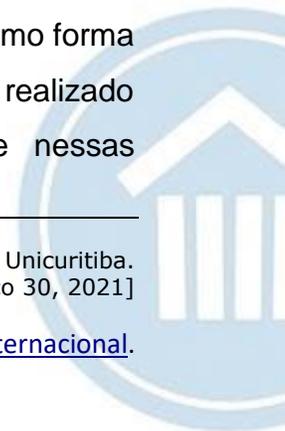
principalmente nos partidos políticos, mas ao mesmo tempo considera a democracia a melhor forma de governo: em uma escala de 1 a 10, em que 10 significa completa concordância, a média de respondentes que concordam com a afirmação "O povo escolhe seus líderes em eleições livres" foi 8,37, próxima à máxima, na WVS realizada em 2014. Trata-se de uma incongruência entre o desenvolvimento de valores democráticos e a desconfiança institucional. E esses altos índices de desconfiança geram um sentimento difuso de antipolítica.

A explicação para o dilema do brasileiro apresentar baixa confiança na política e ao mesmo tempo manifestar atitude de apoio à democracia está num conjunto de elementos estruturais, históricos e conjunturais da formação política brasileira e na continuidade de um padrão de fazer política que torna o cidadão um mero espectador da política (Baquero; Castro e Ranincheski, 2018). A combinação histórica de desigualdade social e déficit democrático são fundamentais à gestação de sentimentos de desconfiança.

Além do baixo nível de confiança nas instituições, o brasileiro participa pouco de associações voluntárias e humanitárias. Em 2014, 86% dos brasileiros não participavam de associações voluntárias esportivas ou recreativas, segundo dados da WVS. Da mesma forma, não se dispunham a dar dinheiro para essas organizações. A dificuldades de utilizar o esporte como forma de inserção ou mesmo de ressocialização de populações pobres, dentre outras razões, está ligada também à baixa confiança nas organizações voluntárias que desenvolvem os programas culturais e esportivos.

O IBGE (2017) constatou também que, em 2015, apenas 4,4% das pessoas que praticavam algum esporte eram filiadas a alguma instituição ou a representavam. Ao mesmo tempo, 18,6 milhões de pessoas opinaram que o poder público deveria investir em atividades físicas ou esportivas.

As iniciativas de promoção do esporte junto às comunidades pobres como forma de atuação direta sobre elas têm resultados contraditórios. Conforme estudo realizado por Vianna e Lovisolo (2011), os professores que atuam diretamente nessas





comunidades: 1) não conseguem perceber em seus alunos potenciais para crescerem no esporte; 2) não acreditam no esporte como meio de formação pessoal e profissional; 3) não acreditam que as condições materiais e de infraestrutura sejam suficientes para a formação dos alunos; 4) não percebem em si competência para contribuir na formação dos alunos; e 5) não estão comprometidos com o processo de formação dos alunos.

O esporte é vulgarmente considerado uma fonte de incremento do sentimento nacionalista. Apesar do Brasil ser reconhecido internacionalmente como uma nação onde o futebol é a modalidade desportiva mais popular, os dados não confirmam uma relação direta entre o suposto orgulho nacional pelo futebol e o sentimento nacional.

Os dados do IBGE (2017) mostram que o futebol foi a principal modalidade esportiva praticada no Brasil em 2015, com 15,3 milhões de adeptos, 39,3% da população (voleibol, basquetebol e handebol juntos eram praticados por 2,9%). Aqui, percebe-se a dissonância entre os dois temas. Comparativamente a outros países, o brasileiro sente-se pouco orgulhoso do seu país, como indicam os dados a seguir:

Tabela 3 – O quanto você se sente orgulhoso do seu país? (muito orgulhoso), 2014 (em %)

País	Muito Orgulhoso
Brasil	34,1
Estados Unidos	59,1
África do Sul	62,8
China	64,3
Canadá	70,0
Índia	72,0

Fonte: Pesquisa Mundial de Valores (*World Values Survey – WVS*), 2014. n=1500





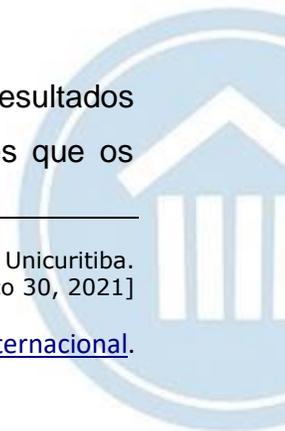
Como se pode ver, considerando o esforço de política externa de construção de *soft power*, a realização do megaevento Copa do Mundo não parece ter apoio da população em nível doméstico. É possível que os governos tenham errado na aposta de busca de apoio popular ao disputarem na arena internacional a atração desses megaeventos desportivos.

Em termos de público externo, o governo brasileiro projetou uma imagem do que realmente é o brasileiro, mas mantendo distorções. Prusa (2011) afirma que o governo brasileiro seguiu padrões tradicionais da política externa do país, cuja marca seria destacar a cultura e os valores, nos quais se inserem diversidade étnica e produção artística, uma democracia estável, crescimento econômico, diminuição progressiva da pobreza e das desigualdades sociais, somados a paisagens paradisíacas em a um território de dimensões continentais.

Em outras palavras, ao ser colocado em evidência como associado a uma de suas principais marcas registradas – o futebol –, o Brasil poderia ganhar em termos de geração de *soft power*, em razão da transmissão de diversos aspectos da cultura brasileira e dos valores políticos positivos que tentou passar. No entanto, a realidade política e social do Brasil, a cultura política do brasileiro, os governos e os empresários que agem isolados e distantes dos interesses da maiorias da população, dificultam a concretização de resultados positivos esperados em determinadas ações, como foi o caso dos efeitos dos megaeventos esportivos no aumento do *soft power* brasileiro (Castro, 2014).

7. CONCLUSÃO

Analisou-se aqui megaeventos esportivos ao longo da história e seus resultados como ferramentas de construção e manutenção de *soft power* pelas nações que os





sediam. Considerou-se o exercício do poder brando como uma ferramenta de política externa para estabelecimento de influência e legitimidade na política mundial por meio das ideias e dos valores de cultura política. Propôs-se que os governos buscam também aumentar apoio político em nível doméstico ao exercer soft power, em um jogo de dois níveis.

Foram analisadas as realizações no Brasil da Copa do Mundo de Futebol 2014 e dos Jogos Olímpicos 2016 enquanto exercício de soft power em um curto espaço de tempo na história empregado por governos de um mesmo partido político – o Partido dos Trabalhadores.

As atenções do mundo e da mídia internacional estavam efetivamente voltadas para o país no período em que houve a decisão da realização dos jogos no Brasil, o qual estava em um momento economicamente positivo e com um governo com alto apoio interno e prestígio internacional. Era, assim, um momento singular de promoção de imagem e características vantajosas para promover a atratividade e a legitimação do país na política mundial. Como salientou-se ao longo do artigo, o fato de o Brasil sediar os dois megaeventos em sequência, seria por si só um indicativo de seu poder político e simbólico naquele período.

O esporte e os megaeventos esportivos são importantes pela sua simples existência. O Brasil foi muito bem-sucedido ao exercer soft power por meio do esporte - uma tradição de sua política externa - quando atraiu esses dois megaeventos ao seu território. Articulou competentemente nos dois níveis e projetou uma imagem positiva do país no exterior, divulgando suas vantagens competitivas, sua população e sua cultura.

No nível doméstico, entretanto, um conjunto de fatores contribuiu para inverter expectativas positivas do governo. Como foi visto, eventos da conjuntura interna, como escândalos de corrupção, e aspectos da cultura política dos brasileiros, principalmente a baixa confiança nas instituições, afetaram significativamente repercussões positivas de longo prazo que as competições internacionais poderiam promover.





Aos diversos escândalos de corrupção – à época, principalmente, o Mensalão, iniciado em 2005, um ano antes do anúncio de que o Brasil seria sede da Copa do Mundo de Futebol –, foram somados, em 2013, os movimentos de contestação do governo e do Estado nas ruas e nas redes sociais digitais. Tais questões conjunturais influenciaram o baixo efeito positivo junto à população nacional em relação à realização desses megaeventos.

Assim, exitosas atração e realização dos megaeventos foram redimensionadas pelo ambiente interno, ou seja, pela sociedade brasileira. As crises econômica e política que se seguiram àquele período e progrediram para a eleição de um governo que vem mudando abruptamente a postura e as posições democráticas e modernizantes praticadas ao longo da história pela política externa do Brasil nas arenas políticas internacionais, desgastaram os ganhos conquistados para sua projeção internacional.

Identificamos, neste estudo, que a atração desses megaeventos não melhorou a imagem do governo perante a opinião pública, que as supostas paixão e vocação dos brasileiros pelos esportes não se confirmaram, o que foi agravado pela cultura política de desconfiança nas instituições e na política. Esses fatores geraram baixo apoio interno à iniciativa de política externa e, no médio prazo, os desdobramentos das crises internas vêm corroendo os esforços empregados nas arenas do soft power.

Como diz Maquiavel (2010), a política é um misto de fortuna e virtù: as boas oportunidades que a vida e a política podem oferecer somente florescem quando há competência política e condições institucionais para sua plena realização. Em uma ironia do destino, o Brasil teve a virtù de conseguir convencer a comunidade internacional de que seria um bom destino para os dois maiores megaeventos esportivos do planeta, o que poderia implicar uma visão positiva internacional do país no longo prazo, mas não teve a fortuna de possuir as condições políticas e institucionais internas para manter o objetivo.





REFERÊNCIAS

ALLISON, Lincoln; MONNINGTON, Terry. Sport, prestige and international relations. *The Global Politics of Sport*. New York: Routledge, 2015

AMAZARRAY, Igor Chagas. *Futebol: o esporte como ferramenta política, seu papel diplomático e o prestígio internacional*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. Trabalho de conclusão de licenciatura em Relações Internacionais

BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique C.de O. de; RANINCHESKI, Sonia. A formação política do Brasil e o processo de democracia inercial. *Revista Debates*. Porto Alegre. v 12, n 1, jan./abr. 2018, p. 87-106.

BOGDANOVA, Sofia. Sochi Winter Olympics 2014: soft games lost? *Eurasian Ideas*. Mar. 2014. [Consultado em: 28 nov. 2014]. Disponível em: http://www.eurasianideas.org/uploads/2/4/6/6/24662901/eurasian_ideas_wp3.pdf>

BONIFACE, Pascal. Football as a factor (and a reflection) of international politics. *The International Spectator Italian Journal of International Affairs*. Routledge. v 33, Issue 4, april. 1998. pp. 87-98. <https://doi.org/10.1080/03932729808456836>

CASTRO, Henrique C. de O. de. Cultura Política: a tentativa de construção de um conceito adequado à América Latina. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*. Brasília. v 2, n 1, jan./jun. 2008

CASTRO, Henrique C. de O.de. *Cultura política comparada*. Democracia e mudanças econômicas: Brasil, Argentina e Chile. Brasília: Verbena, 2014

CASTRO, Henrique C. de O. de; RANINCHESKI, Sonia, CAPISTRANO, Daniel. O conteúdo da globalização para os latino-americanos: uma análise a partir da Pesquisa Mundial de Valores - WVS. *Temas Debates* [online]. n 29. 2015, pp. 53-76. ISSN 1853-984X

CASTRO, Henrique C. de O. de; RANINCHESKI, Sonia; GROHMANN, Luís Gustavo M. (Org.). *Poder e Esporte: Política Internacional e Mudanças Globais*. 1 ed. Brasília: Verbena, 2015





Cerrillo, Omar; Mendonça, Carla; De Angelis, Felipe. Esporte e soft power: por que os Estados Unidos atacaram a Fifa? Em: CASTRO, Henrique C. de O. de; GROHMANN, L.G.M.; RANINCHESKI, Sonia. (Org.). *Poder e esporte: política internacional e mudanças globais*. 1ed. Brasília: Verbena, 2015

CHADE, Jamil. Futebol vira trunfo do governo brasileiro nas relações diplomáticas. *O Estado de São Paulo*. 15 fev. 2014. [Consultado em: 4 ago. 2018]. Disponível em: <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,futebol-vira-trunfo-do-governo-brasileiro-nas-relacoes-diplomaticas,1130532>>

DATAFOLHA. Avaliação do Governo Lula continua estável; avaliação pessoal cai. Instituto de Pesquisas Datafolha. São Paulo. Mar. 2006. [Consultado em: 4 de ago. 2018]. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2006/03/1222252-avaliacao-do-governo-lula-continua-estavel-avaliacao-pessoal-cai.shtml>

DATAFOLHA. Copa do Mundo: PO813739, 02 e 03/04/2014. Instituto de Pesquisas Datafolha. São Paulo. Abr. 2014. [Consultado em: 4 ago. 2018]. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2014/04/08/copa-do-mundo.pdf>

DATAFOLHA. Olimpíada: PO813867, 14 e 15/07/2016. Instituto de Pesquisas Datafolha. São Paulo. Jul. 2016. [Consultado em: 7 ago. 2018]. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/07/18/olimpiada.pdf>

Gazeta do Povo. Abertura em Pequim teve audiência global de 1 bilhão de pessoas. *Gazeta do Povo*, 11 ago. 2008. [Consultado em: 3 jun. 2018]. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/esportes/olimpiadas/2008/abertura-em-pequim-teve-audiencia-global-de-1-bilhao-de-pessoas-b4fc0r928zqtpjxv70bmwpcge>

GERLERO González, Julia. La imposición del ocio: características del modo de recreación de la última dictadura militar en Argentina. *Educación Física y Deporte*. v 31, n 2. 2012. pp. 997-1007. ISSN-e 0120-677X

GRIX, Jonathan; LEE, Donna. Soft power, sports mega-events and emerging states: the lure of the politics of attraction. *Global Society*. Canterbury. v 27, n 4. set 2013. pp. 521-536,

HOCHSTATTER, Grace. *The Olympics and soft power diplomacy: British value representation in the London 2012 opening ceremonies*. Oregon: Clark Honors College, 2013





HORNE, J. Building BRICs by building stadiums: preliminary reflections on recent and future sports mega-events in four emerging economies. *International Research Institute for Sport Studies: UK (IRiSS)*, 2014.

IBGE. PNAD: práticas de esporte e atividade física 2015. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

LEITE, Almir. No esporte, grandes eventos e pouco legado. *O Estado de S.Paulo*. 12 mai. 2016. [Consultado em: 6 ago. 2018]. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,no-esporte--grandes--eventos-e-pouco-legado,10000050628>

MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. Trad. de Maurício Santana Dias. Prefácio Fernando Henrique Cardoso. Editora: Penguin Companhia, 2010. e-book

MELO, Victor A. de M. Esporte e propaganda política: um estudo comparado dos governos de Vargas (1930-1945) e Perón (1946-1955). *Materiales para la Historia del Deporte*. VII. 2009, pp. 43-58. ISSN: 1887-9586

MIELLI, J., NASSIF MANTOVANI, D. Copa do Mundo 2014 no Brasil: um estudo das atitudes e envolvimento do espectador com o evento. *PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review*. São Paulo. v 3, n 3, dec. 2014. e-ISSN 2316-932X

NYE, Joseph S. O paradoxo do poder americano. São Paulo: UNESP, 2002

NYE, Joseph S. *Soft power*. The means to success in world politics. Public Affairs, 2005

OLIVEIRA, Lucas S. Esporte e Relações Internacionais: megaeventos esportivos e poder brando. Em: CASTRO, Henrique C. de O. de; GROHMANN, L.G.M.; RANINCHESKI, Sonia. (Org.). *Poder e esporte: política internacional e mudanças globais*. 1ed. Brasília: Verbena, 2015

OLIVER, Iata. Megaeventos esportivos e relações internacionais como estratégia de atração turística. *Observatório de Inovação do Turismo - Revista Acadêmica*. Rio de Janeiro. v VII, n 1. Abr. 2012, pp. 1-19. ISSN 1980-6965

PRUSA, Anna C. *The "soft power" power? Brazil's soft power strategy in world politics during the Lula presidency*. Washington: George Washington University, 2011

PUTNAM, R. Diplomacy and domestic politics: The logic of two-level games. *International Organization*, 42(3). 1988. pp 427-460





Ranincheski, Sonia; Andriotti, Luiza. Soft power e a cultura política da dominação nas Relações Internacionais. In CASTRO, Henrique C. de O. de; GROHMANN, L.G.M.; RANINCHESKI, Sonia. (Org.). *Poder e esporte: política internacional e mudanças globais*. 1ed. Brasília: Verbena, 2015

RICHARDS, Trevor. *Dancing on our bones: New Zealand, South Africa, Rugby and Racism*. Wellington: Bridget Williams Books, 1999. DOI: 10.7810/9781877242007

SUPPO, Hugo. Reflexões sobre o lugar do esporte nas relações internacionais. *Contexto Int.* [online]. v 4, n 2. 2012. pp.397-433

TAYLOR, Trevor. Sport and international relations: a case of mutual neglect. Em: ALLISON, L. (Ed.). *The politics of sport*. Manchester: Manchester University Press, 1986

THOMAZ, Beatriz. Esporte e Relações Internacionais. *Cenário Estratégico*. 7 mai. 2013. Disponível em: <http://cenarioestrategico.com/?p=1521>>. Acesso em: 04 ago. 2014

TORREBADELLA FLIX, Xavier. España, regeneracionismo y deporte durante la I Guerra Mundial. *Athenea Digital Revista de pensamiento e investigación social*. [S.l.], v 16, n 1, mar. 2016. pp. 237-261. doi: <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.1501>.

ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little, Brown and Company (Inc.), 1965.

VIANNA, J.A.; LOVISOLO, H.R. A inclusão social através do esporte: a percepção dos educadores. *Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte*. São Paulo. v 25, n 2, abr./jun. 2011. pp. 285-296

